

O agro que não é “pop” a Agroecologia como uma alternativa

EXPEDIENTE

Texto, diagramação e infográfico:

Luísa Michels Surdi

Foto de capa:

Jackson Baumann/Arquivo pessoal

Orientadora:

Valentina da Silva Nunes

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Jornalismo do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, no segundo semestre de 2020.

Todas as sextas-feiras, Emília Vieira sai do Morro das Pedras, bairro situado no Sul da Ilha de Florianópolis, e se desloca até a Escola da Fazenda, no bairro Campeche, para retirar uma cesta de alimentos orgânicos. Há mais de 15 anos ela e a família só consomem alimentos oriundos da agroecologia. “Desde que eu ainda morava com meus pais, eles já consumiam orgânicos, então já vem de muito tempo. E depois, morando sozinha também, com a família, a gente sempre manteve esse consumo”.

Emília participa de uma iniciativa chamada Célula de Consumidores Responsáveis, CCR, que faz a venda direta de produtos agroecológicos entre grupos de produtores certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia e grupos de consumidores interessados. Os 13 grupos da CCR estão presentes em vários pontos da cidade, a fim de atender ao maior número de consumidores possível.

Ela, o marido e os três filhos, de sete meses, três e seis anos, possuem uma dieta que prioriza os orgânicos vegetais a alimentos de origem animal, porém, não seguem uma dieta vegetariana. “As únicas coisas que a gente consome que não é orgânico e a gente compra no mercado são macarrão e algum laticínio, que são coisas bem difíceis de achar orgânico”. Farinhas e grãos, como arroz e feijão, compram em quantidade, junto com outros consumidores. Dessa forma, o quilo dos alimentos se torna mais barato. “Um quilo de arroz orgânico custa uns R\$4,00. O feijão custa R\$8,00. Com essa alta dos preços, acaba sendo o mesmo preço do mercado. A gente pensa que é sempre mais caro, mas nem sempre é”, afirma.

Na outra ponta da Ilha, no bairro Ratonas, Bruna de Paula e o companheiro distribuem a produção do Sítio Flor de Ouro de uma maneira parecida. Há oito anos, eles criaram uma rede de parceiros, inspirada no conceito de Comunidade que Sustenta a Agricultura, em que um grupo fixo de famílias viabiliza

financeiramente a produção e, em troca, recebem as cestas com os produtos orgânicos do Sítio. Hoje, 60 famílias compõem essa rede e a distribuição das cestas acontece em cinco pontos, chamados pontos de partilha.

No Sítio, produzem uma grande variedade de vegetais, que além de atender às demandas das cestas, atende à alimentação do casal. “A gente produz frutas, raízes, tubérculos, chá, tempero, verdura, legume, é bastante coisa. Tudo o que está dando na época e o que dá aqui na região, a gente tá produzindo, basicamente. Nosso plantio é agrobiodiverso”.

Além da produção de vegetais orgânicos e agroecológicos, o Sítio Flor de Ouro é referência na criação de abelhas nativas sem ferrão, das quais coletam mel, própolis e cera. Eles possuem também uma linha de cosméticos, na qual a matéria prima vem das abelhas. “A gente fala que a gente coopera com elas. A gente opera junto com elas na natureza e coleta esses derivados”, conta Bruna. A produção é vendida em empórios da cidade ou pelo próprio perfil do Instagram do Sítio.

A 132 quilômetros de Florianópolis, em Santa Rosa de Lima, a capital catarinense da agroecologia, Jackson Baumann também produz mel de maneira agroecológica. Toda a produção é certificada pela Rede Ecovida e uma parte é vendida em lojas na capital. Outra parte é vendida na propriedade ou em cestas produzidas pela Associação Acolhida na Colônia, da qual ele participa.

Jackson, a esposa e a mãe também são donos da Pousada Vitória, que promove o turismo agroecológico e a agroecologia. Todos os alimentos preparados na pousada, pela Dona Dida, mãe de Jackson, são da região e, parte dos vegetais, de produção própria. Uma parte dessa produção é vendida em cestas. “Eu tenho muitos clientes em Florianópolis. Então quando eu vou levar mel pra lá, já aproveito e entrego algumas cestas, mas a produção não é muito grande. Minha mãe também faz geléia, temos algumas ervas desidratadas e tudo isso é comercializado”, explica.

“Tem que vender na Lagoa [da Conceição], mas tem que vender lá no Mocotó também. Envolve mais do que só produzir [alimentos orgânicos]. É preciso garantir que todos tenham acesso a alimentos de qualidade, a um preço acessível”



Jackson e a família produzem abóbora, milho crioulo e alguns tipos de hortaliças na propriedade de 10 hectares em Santa Rosa de Lima, dos quais 8 hectares são de mata nativa. Foto: Arquivo pessoal.

A forma como Jackson e Bruna comercializam suas produções, que os aproximam dos consumidores, como Emília, tem um nome: são os circuitos curtos de comercialização, característicos da agricultura familiar, tanto convencional quanto agroecológica. Esse tipo de comercialização atua no desenvolvimento econômico e social da região, abastecendo o mercado local e reduzindo ao máximo o número de intermediadores, como grandes redes de supermercados.

Além de serem uma forma de viabilizar um mercado justo e rentável para o produtor, os circuitos curtos de comercialização permitem a rastreabilidade dos produtos. Quando o consumidor sabe de onde vem e como é produzido o alimento, se estabelece uma rede de confiança mútua, importante para quem produz e para quem consome. Permitem também um melhor preço para os consumidores, uma vez que o transporte fica mais barato, não há necessidade de armazenamento e a venda é direta.

Porém, mesmo com essa proximidade, o cenário da agricultura agroecológica e orgânica no Brasil atende a um nicho de mercado específico e não chega à maior parte da população. Marília Gaia, professora do Laboratório de Edu-

cação do Campo e Estudos da Reforma Agrária da Universidade Federal de Santa Catarina, afirma que a agroecologia é uma forma de questionar essa relação que se tem com o mercado. “Se a gente já domina a forma de produção, precisamos dar o próximo passo que é pensar de forma mais ampla a relação com o mercado, quem acessa esse alimento e a que preço”, frisa. “É fácil chegar na professora universitária. Mas como é que se faz para chegar no morro? Tem que vender na Lagoa [da Conceição], mas tem que vender lá no Mocotó também. Envolve mais do que só produzir [alimentos orgânicos]. É preciso garantir que todos tenham acesso a alimentos de qualidade, a um preço acessível”.

O vereador Marcos José de Abreu (PSOL), o Marquito, afirma que a produção da agroecologia acontece para garantir o abastecimento desse mercado específico e não para promover uma mudança do modelo agroalimentar. “Florianópolis tem mais de seis cozinhas comunitárias funcionando hoje pela sociedade civil. Não temos um restaurante popular, é a única capital do país que não tem restaurante popular. A gente não tem uma política de feiras populares para as pessoas acessarem



As cestas do Sítio Flor de Ouro são vendidas em tamanho grande e pequeno, semanais ou quinzenais. Além disso, são compostas pelos vegetais da temporada. Foto: Reprodução/Instagram.

esses alimentos. Cada vez fica mais elitizado”.

Marília ressalta que a agroecologia é uma alternativa possível para que um maior número de pessoas possa ter segurança alimentar. Porém, ela é realista. “A agroecologia não vai ser plena no capitalismo. A gente vai ter alguns territórios, alguns exemplos, dominar algumas técnicas mas ela não vai ser plena porque é contradizente com esse sistema em que a gente vive. Nós temos 15% da população mundial passando fome. A agricultura convencional que tá aí não resolveu. A gente precisa de uma alternativa. Se não é a agroecologia, qual é então?”, questiona.

Muito além do manejo da terra

A agroecologia, para além de ser uma forma sustentável de manejar a terra, é uma forma de repensar as relações sociais e de reconectar o homem com a natureza. Marília conceitua a agroecologia como “ciência, como prática e como bandeira de luta política, para a construção do campo sobre outras bases”.

O movimento agroecológico no Brasil possui bases políticas e sociais muito bem definidas. Ele está fortemente ligado às questões do

direito à terra e à reforma agrária. Para Marília, essa aproximação entre a agroecologia e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é coerente, uma vez que “não basta só distribuir terra para continuar parcelando pequenos pedaços que produzem só à base do veneno e que mantêm a estrutura maior. Se eu só tiver aquela terra, eu tenho que fazer funcionar, não só por cinco anos, mas por 50 ou 100 anos”.

A agroecologia atua também na defesa dos direitos sociais, políticos e territoriais das comunidades tradicionais brasileiras. A adoção de práticas agroecológicas por parte dos povos indígenas e quilombolas atua como uma forma de fortalecimento dessas populações e de resgate cultural, já que a relação deles com a terra, com a família e com a comunidade é diferente e se aproxima da agroecologia.

Outro movimento que tem grande proximidade com a agroecologia é o feminismo. O Movimento de Mulheres Camponesas, por exemplo, defende a valorização do trabalho das mulheres camponesas através de um projeto que visa uma agricultura agroecológica, com base na preservação de sementes

e da biodiversidade, além da diversificação produtiva. “As mulheres normalmente estão à frente da transição agroecológica porque estão mais ligadas à alimentação e ao trabalho doméstico, então elas têm essa sensibilidade e esse olhar, que as coloca muitas vezes à frente disso, como defensoras”, comenta Bruna de Paula. As mulheres camponesas têm um papel essencial em mostrar que é possível diversificar a produção e ter uma alimentação que seja de fato saudável.

Mas mais do que falar sobre o papel da mulher, é preciso falar sobre a luta da mulher no campo. “Só que a gente precisa tirar isso também só da escala privada. Precisamos colocar elas junto com os homens nas definições maiores de renda, assim como os homens também nos cuidados com a alimentação da família”, defende Marília. Em grande parte das propriedades familiares, quem toma as decisões, possui os recursos e faz as relações públicas são os homens, mesmo que a detentora da terra seja a mulher.

Falta de políticas públicas concretas para a produção de alimentos

O Censo Agropecuário, de 2017, aponta que Santa Catarina possui 142.974 propriedades dedicadas à agricultura familiar, o que corresponde a 78,1% do total de propriedades do estado. Dessas, 1.800 são adeptas da agroecologia. De acordo com dados da Epagri, em 2019 Santa Catarina era o quarto estado brasileiro que mais produzia alimentos orgânicos, ficando atrás somente do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. No Brasil, são 23.677 propriedades orgânicas certificadas.

Mesmo assim, esses alimentos orgânicos e agroecológicos não alcançam todos os espaços. Isso não se dá por falta de tecnologias ou por baixa produção - em 2017, de acordo com o Ipea, o Brasil era o 12º país com a maior área de produção orgânica do mundo -, mas, sim, porque não há um projeto político definido, com

incentivos e crédito, para a agroecologia. “Não tem investimento porque não há interesse para isso. Há gente, há mercado, há condições para, mas não há interesse político”, afirma Marília.

Nos últimos anos, tanto a agroecologia quanto a produção orgânica vêm sofrendo diversos ataques por parte dos governos em exercício. Ao assumir a presidência do Brasil, durante o processo de impeachment, em 2016, Michel Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, transformando-o na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), vinculada à Casa Civil da Presidência da República. No atual governo, a Sead teve suas competências transferidas para a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nestas reformulações, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, também conhecida como Pnapo, instituída pelo decreto nº 7.794, assinado em 2012 no governo Dilma, acabou sendo desmantelada. A Pnapo tem o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações a fim de fortalecer a transição agroecológica. O país foi o primeiro a criar, de forma participativa, uma política de estado es-

pecífica que incentivava a agroecologia e a produção orgânica.

A principal diretriz instituída pela Pnapo é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, ou Planapo, que tem como objetivo planejar e implementar políticas públicas voltadas para as produções orgânica e agroecológica. Ele é elaborado e aplicado pela Câma-

ra Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), uma das instâncias de gestão instituídas pela Pnapo, vinculada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Planapo teve dois ciclos de aplicação, um de 2013 a 2015 e outro que foi de 2016 a 2019.

Porém, em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, através do decreto nº 7.984, a Presidência da República revogou os artigos 6º ao 11º da Pnapo, que

“Quando você tá num cenário como a gente tá agora, de um governo com uma posição completamente contra qualquer manifestação positiva de vida, realmente, você não tem apoio institucional”

estabeleciam as instâncias de gestão do Plano - a Ciapo e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que promovia a participação da sociedade na elaboração do Planapo -, e suas atribuições. Ou seja, sem as instâncias que articulam e colocam em prática o Planapo, principal forma de aplicação prática prevista na redação do decreto, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica acaba se tornando nulo.

Bruna de Paula não vê com esperança os próximos anos. “Quando você tá num cenário como a gente tá agora, de um governo com uma posição completamente contra qualquer manifestação positiva de vida, realmente, você não tem apoio institucional. Essas coisas são grandes regressões para a área”, frisa. Marília Gaia também não acredita que o cenário possa ser alterado, uma vez que, sem incentivos para realizar a transição para a agroecologia, os produtores familiares tendem a continuar com a agricultura convencional. “O recurso, o crédito, a estrutura do banco tá pra essa agricultura convencional. Então sair dessa estrutura também é difícil pra essa família”, completa.

Um dos motivos para isso, além da falta de políticas públicas, é a grande dependência dos pacotes tecnológicos, pós revolução verde, com agrotóxicos, alta demanda de insumos e uso de sementes específicas, muitas vezes geneticamente modificados. “É possível fazer diferente, porque sempre foi feito diferente. Se a gente olhar 10 mil anos de agricultura, nós vamos ter só nos últimos 70, 80 anos uma agricultura como a gente conhece hoje, com esse viés qui-

mico, sintético predominante”, pontua Marília.

A tributação verde em Santa Catarina

Em outubro de 2019, o então governador catarinense Carlos Moisés criou uma regra pela qual o ICMS de agrotóxicos iria variar de acordo com a sua periculosidade. A medida, pioneira no país, foi barrada na Assembleia Legislativa do estado, por sofrer grandes pressões do setor do agronegócio catarinense, além de receber duras críticas dos aliados ao governo federal. No último ano, o Ministério da Agricultura aprovou 493 agrotóxicos, maior número registrado desde os anos 2000. Desde 2016, houve um forte incremento no número de aprovações desses produtos no Brasil.

Pela regra da tributação verde catarinense, agrotóxicos considerados altamente tóxicos não poderiam ter redução na alíquota do ICMS, que é de 17%, e seriam enquadrados na faixa vermelha. Agrotóxicos moderadamente tóxicos se enquadrariam na faixa amarela, com tributação de 12%. Já aqueles que são pouco tóxicos ou que tenham pouca probabilidade de causar danos estariam na faixa azul e teriam carga tributária de 7% e 4,8%, respectivamente.

Indo no caminho oposto, a Capital catarinense aprovou, na mesma época, uma lei municipal que proíbe o uso de agrotóxicos em seu território e multa quem armazenar ou aplicar esse tipo de produto. Dessa forma, a parte insular de Florianópolis vira uma zona livre de agrotóxicos. A lei foi proposta pelo vereador Marcos José de Abreu (PSOL), o Marquito, vereador mais votado nas eleições de 2020, e aprovada

Revolução verde

A revolução verde é um movimento que se deu por volta da década de 1960, nos Estados Unidos e Europa, logo se expandindo para outros países, através do desenvolvimento e disseminação de sementes geneticamente modificadas, alto uso de insumos agrícolas e mecanização do campo, a fim de aumentar a produção mundial de alimentos.

No Brasil, a revolução verde teve forte apoio do governo ditatorial e foi um dos pilares do chamado Milagre Econômico, operado pelos militares. A partir de 1970, com a instituição de Planos Nacionais de Desenvolvimento, a revolução verde se consolidou no país e foi um fator decisivo para a expansão da fronteira agrícola do Cerrado. Por meio de incentivos fiscais e subsídios para os produtores, o Brasil aumentou sua produção e passou a exportar commodities, como soja e milho.

As principais críticas à revolução se dão pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, que gera danos à saúde e ao meio-ambiente, e dos nutrientes do solo, causando um esgotamento. Além disso, ela trouxe a especialização produtiva, na qual propriedades produzem apenas uma cultura.

Na questão social, a mecanização do campo causou grande êxodo rural e altas taxas de desemprego no campo, uma vez que não há grande necessidade de mão de obra.

por unanimidade na Câmara de Vereadores.

A lei, que agora passa pelo processo de regulamentação, foi pensada de maneira coletiva durante o Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, que aconteceu em 2019. “A gente observou que haviam muitas regiões afetadas com a deriva dos agrotóxicos dos outros agricultores, e o quanto os agricultores orgânicos e agroecológicos sofrem com isso. Então, a gente encaminhou que seria necessário se pensar em zonas livres de agrotóxicos”, comenta Marquito.

Para Marquito, isso demarca que Florianópolis é uma cidade que diz não ao uso de agrotóxicos, além de construir uma cultura em que outras práticas, como a agroecologia, são possíveis. “A lei traz muito mais uma mensagem sobre a discussão dos impactos dos agrotóxicos do que realmente uma lei que muda a vida da cidade diretamente. A gente tem essa consciência. Mas ter tramitado na Câmara, ter aprovado, sancionado, ter gerado bastante incômodo pro setor agroindustrial do estado e do país, inclusive, foi bem importante pra demarcar essa questão”.

É importante reconhecer os agrotóxicos como produtos tóxicos, que trazem malefícios para a saúde e para o meio-ambiente. “A gente tá num país que é o maior consumidor de agrotóxicos. E cada vez estão liberando mais, não para nunca. Cada vez menos os impactos são trazidos à superfície, mesmo a sociedade falando. Dos impactos causados na saúde dos trabalhadores rurais, comparados a outros trabalhadores, a diferença é gigantesca em termos de suicídio, doenças como câncer, a questão da depressão”. Marquito destaca ainda que não existe um código, no sistema de saúde, que informe sobre intoxicação por agrotóxicos, fazendo com que não se tenham indicadores sobre isso.

O desafio agora, segundo ele, são produtos de uso doméstico, chamados popularmente de “mata-mato”, que são vendidos até em supermercados. Esses herbicidas têm como princi-

pal composto o glifosato e já vêm diluídos, por isso fogem da legislação de agrotóxicos. Assim como esse produto, muitos outros, que são tóxicos, não estão atrelados a essa legislação.

Florianópolis também possui um Programa Municipal de Agricultura Urbana, chamado Cultiva Floripa, aprovado em 2020, também de autoria de Marquito. O decreto institui que “o Cultiva Floripa promoverá práticas agroecológicas que envolvam a produção, o agro extrativismo, a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos voltados ao consumo próprio, trocas, doações ou comercialização, aproveitando e reaproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais”.

Porém, esse Programa quase não saiu do papel. “São várias ações soltas, ações de marketing e propaganda mas que não são ações que mudam. Não se vê isso expresso no orçamento, numa relação entre agroecologia e política de segurança alimentar. O município não tem uma política de segurança alimentar e nutricional”, critica Marquito. “Não tem uma linha

de incentivo e formação pra isso, efetivamente a prefeitura muito mais atrapalha do que colabora, porque não cria mecanismos e instrumentos que poderiam pelo menos facilitar, dar condições ou não atrapalhar. Então, o meu papel enquanto vereador é de cobrar que o executivo realize essas ações e também de fomentar, apresentar legislações e políticas públicas”, completa.

Uma outra ação, no estado, que visa apoiar a produção orgânica e agroecológica é o Programa Alimento sem Risco (PASR), realizado desde 2010 pela Cidasc, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina e a Epagri. O programa analisa 21 culturas, tanto de produtos cultivados de forma convencional - com agrotóxicos -, quanto de produtos de origem orgânica. As análises servem para certificar se os produtos são de fato orgânicos ou se apresentam uma quantidade tolerável de resíduos de agrotóxicos, no caso

“Ter tramitado na Câmara, ter aprovado, sancionado, ter gerado bastante incômodo pro setor agroindustrial do estado e do país, inclusive, foi bem importante pra demarcar essa questão”

daqueles que utilizam esse tipo de produto.

De acordo com dados do PASR, 95% dos produtos orgânicos estão em conformidade, ou seja, são totalmente orgânicos e estão isentos de contaminantes. Mostram também que, entre os anos de 2011 e 2016, o número de alimentos convencionais fora da conformidade legal caiu de 34,4% para 18,2%.

Certificação de produtos

Os selos de certificação de produtos orgânicos também são uma forma de assegurar que os produtos são, de fato, provenientes de um cultivo agroecológico. Existem duas formas de certificação, a primeira é através de uma auditoria, realizada por uma empresa contratada. Este é o caso da Ecocert, empresa que atua desde 2011 no Brasil e é considerada referência no segmento. Ela é a certificadora responsável pelo selo Produto Orgânico Brasil, exigido, por exemplo, para a exportação de produtos.

Esse tipo de certificação, apesar de ser mais usual e com maior aceitação mundial, possui um custo muito alto para os produtores, principalmente para os de menor porte, tornando-se inviável para muitos. Para 2020, a tarifa de certificação da Ecocert custava R\$1.396,50.

Além de pagar pela certificação, os produtores precisam pagar uma tarifa de deslocamento de R\$571,20, para que a equipe da certificadora se desloque até a propriedade, e uma tarifa de inspeção de R\$1.142,40 para que o inspetor da empresa possa fazer a auditoria. No total, o produtor precisa pagar R\$3.110,10.

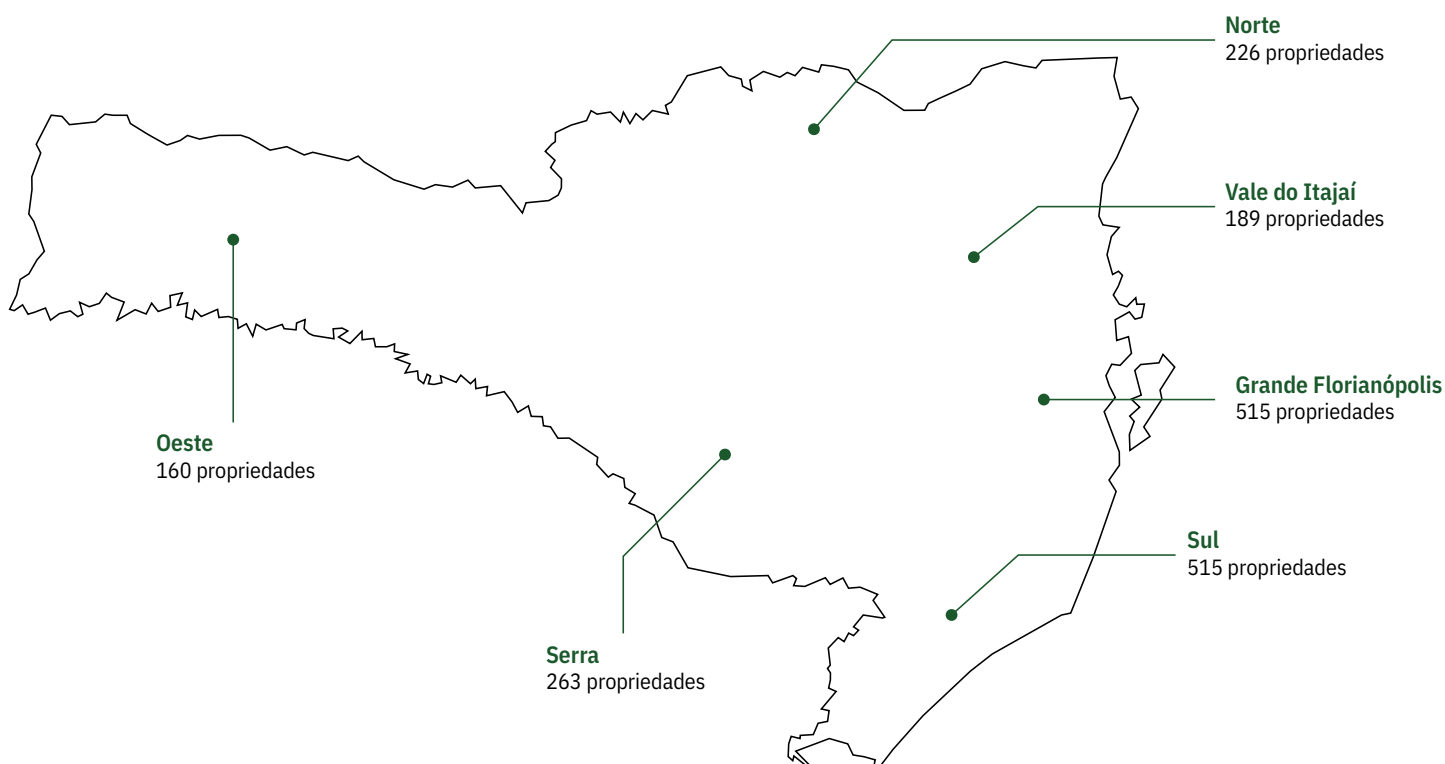
Esse foi o principal motivo que fez com que Jackson Baumann deixasse de obter a certificação de orgânicos através da Ecocert.

Atualmente, a produção de Jackson possui o selo de produto ecológico da Rede Ecovida de Agroecologia, que utiliza um tipo diferente de certificação, através dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG). O SPG é um processo que conta com a participação solidária de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade de um produto, neste caso, de produtos orgânicos.

A Rede possui uma estrutura horizontal e descentralizada, na qual as famílias se organizam em pequenos grupos, associações ou cooperativas. As organizações que pertencem a um mesmo local - mesma cidade, por exemplo -, se organizam em um núcleo regional. Essas esferas são utilizadas, também, durante o processo de obtenção do selo da Ecovida.

Quando um grupo quer tornar público o reconhecimento da Ecovida sobre um produto ou

Propriedades agroecológicas certificadas em Santa Catarina



Fonte: CNPO - Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos



Durante a pandemia, a Associação Acolhida na Colônia vende cestas com produtos das famílias associadas, com entregas quinzenais. Foto: Reprodução/Instagram

um processo de fabricação, deve fazer uma solicitação e preencher alguns documentos, com informações sobre a propriedade e os produtos, além de um plano de manejo. Com a solicitação, a Comissão de Ética desse grupo faz uma visita às propriedades a serem certificadas e, posteriormente, uma visita é realizada pela Comissão de Ética do núcleo regional. Através do relatório gerado após a visita, que leva em conta o grau de ecologização da propriedade e algumas normas internas da Rede, que são mais rígidas do que a legislação brasileira, e de uma reunião entre o grupo e o núcleo regional, a Comissão de Ética deste decide se o grupo solicitante poderá ou não utilizar o selo.

Jackson também faz parte da Comissão de Ética do núcleo regional de Santa Rosa de Lima e Anitápolis. Ele conta que, mesmo com a pandemia, as certificações seguem sendo realizadas, porém, à distância. O agricultor grava um vídeo mostrando a sua propriedade e a sua produção e envia para o grupo, que o analisa. “É na base da confiança. É por isso que eu acredito que a certificação participativa é mais eficiente. A gente forma um grupo muito sólido, amigos mesmo, e não permite que

alguém faça errado, porque mancha todo o nome da agricultura agroecológica”, completa.

Porém, nem todas as famílias produtoras estão associadas às redes de agroecologia e, conseqüentemente, não possuem certificação de produção orgânica. Bruna de Paula, do Sítio Flor de Ouro, é uma dessas produtoras. Ela explica que o sítio já fez parte da Rede Ecovida, mas, que por ter mão de obra reduzida e não conseguir participar das reuniões do grupo, acabou saindo da associação. “A gente trabalha com a ideia da base da confiança, temos essa rede de famílias [que compram as cestas] há anos e que conhecem nosso trabalho, eventualmente visitam o sítio”, diz.

Acolhida na Colônia

Conhecer a história da Associação Acolhida na Colônia é conhecer também um pouco sobre a história da cidade de Santa Rosa de Lima. Com 2.100 habitantes, Santa Rosa de Lima está na região sul de Santa Catarina e é considerada a capital catarinense da agroecologia, além de ser o berço de uma das maiores cooperativas de produtos agroecológicos, a Agreco.

A cidade sempre teve como foco a produção de fumo, que era vendido para grandes empresas fumageiras do Brasil. Porém, no final da década de 1980, uma crise na indústria fumageira fez com que a cidade entrasse em uma grande crise econômica e social. Na época, muitas pessoas deixaram Santa Rosa de Lima e foram para cidades maiores, como Florianópolis.

No mesmo período, um grupo de pessoas que havia saído da cidade realizou uma viagem para a França e importou a ideia da produção orgânica, em ascensão naquele país. Foi assim, a partir da produção orgânica de alimentos, que os filhos da terra, modo de chamar os cidadãos que deixaram Santa Rosa de Lima, passaram a retornar ao município. A venda desses produtos orgânicos era garantida pelo já extinto Supermercado Santa Mônica, que ficava em Florianópolis, cujo dono era santa-rosa-limense. Neste contexto, em 1996, constituiu-se a Agreco, que teve um importante papel de apoio para os agricultores da cidade.

Por ser uma atividade pioneira na região e no Brasil, muitas pessoas passaram a visitar a cidade. Grupos com 30 ou 40 pessoas viajavam para ver de perto como era aquele tipo de produção. “Naquela época, a cidade não tinha nem dois mil habitantes. O único hotel, que ficava no centro, tinha capacidade para oito pessoas”, lembra Leandro Assing, que faz parte de uma das famílias sócio-fundadoras da Acolhida na Colônia.

Ele conta que um dos fundadores da Agreco, Wilson Schmidt, a fim de auxiliar na acomodação dessas pessoas que chegavam na cidade, fez uma proposta para sua família. “Como a gente tinha uma casa grande, com alguns quartos vagos, ele veio aqui em casa e pediu se o Vô, a Vó, o Pai e a Mãe não tinham interesse em ajudar a receber essas pessoas, pra conseguir diluir esses grupos pelo município e conseguir acolhê-las. Eles aceitaram esse desafio, mas de início, apenas para ajudar esses grupos que vinham”, explica.

A ideia não era começar a receber hóspedes. Na época, a família de Leandro ainda queimava carvão e tinha uma criação de gado leiteiro, mas nada feito de maneira orgânica. Porém, eles foram tomando gosto pela coisa e, em 1999, o projeto Acolhida na Colônia se concretizou, com a proposta de realizar agroturismo em propriedades familiares. Leandro explica que “a Acolhida na Colônia busca aproximar a pessoa da cidade com o campo,

resgatando raízes e valorizando a agricultura familiar, que sempre é muito desvalorizada”.

Hoje, a Acolhida na Colônia é uma associação que promove o turismo somente em propriedades familiares agroecológicas. Antes da pandemia de Covid-19, 180 famílias faziam parte da Associação, tanto em Santa Catarina quanto em São Paulo. No estado, o projeto está presente em 32 cidades. Todas as propriedades passam por uma auditoria que verifica se são de fato agroecológicas e recebem um selo do projeto, que certifica que aquela família participa da Associação.

Além da hospedagem, a Associação realizava visitas de grupos às propriedades e mostrava o dia a dia no campo para os visitantes. Havia também famílias que realizavam refeições, como cafés coloniais e almoços. “É uma troca de experiência muito rica. Eu costumava dizer, quando vinham grupos aqui, que a gente conseguia viajar, conhecer outros lugares, sem precisar sair da propriedade”, conta Leandro. Com a pandemia, essas visitas deixaram de acontecer e muitas famílias deixaram de receber hóspedes. “A gente tá recebendo, porque temos alguns chalés mais isolados, mas não é aquele turismo que a gente gostava de fazer, não é aquilo que a gente estava acostumado a fazer. A gente recebe o hóspede, mas tá tudo muito distante. Não é o jeito Acolhida de ser”, conclui.